

RESPONSABILIDADE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: uma análise da Comissão Ilha Ativa

1 INTRODUÇÃO

Em uma empresa não deve existir apenas objetivos financeiros e sociais, ela deve antecipar problemas sociais futuros e agir antes que se tornem visíveis, pois ter responsabilidade social é agir em benefício da sociedade, preocupando-se com o meio ambiente e atendendo as necessidades diagnosticadas da população, priorizando as áreas mais carentes (SOUSA et al. 2013). Desta forma, o tema responsabilidade social assumiu uma importância significativa frente a um passado filantrópico, e um presente no qual se tornou uma ferramenta estratégica perante o mercado. Atualmente, visando o cumprimento das normas e princípios de Responsabilidade Social (RS) as empresas têm se comprometido com esta prática social.

A designação de Terceiro Setor foi adotada por Levitt (1973 *apud* ESCOBAR; GUTIÉRREZ, 2008, p. 87), e “[...] caracterizava como um conjunto complexo e heterogêneo de entidades que são definidas por exclusão: não são públicas, mas tampouco tem fins lucrativos”. Assim, as organizações do terceiro setor surgem por meio de movimentos mundiais, que visavam solucionar problemas sociais, cujo objetivo era atender as demandas da população na qual os órgãos públicos e empresas privadas não conseguem atuar. Por consequência, as organizações não governamentais acabam tornando-se agentes parceiros das empresas que procuram executar programas de responsabilidade social.

A ONG Comissão Ilha Ativa (CIA), realizadora de inúmeros projetos socioambientais, em especial o projeto analisado nesta pesquisa, o Pesca Solidária, torna-se um importante elemento de estudo, quando se busca destacar a significância das normas de responsabilidade social associado ao trabalho executado pelo terceiro setor.

O projeto Pesca Solidária é um projeto executado pela Comissão Ilha Ativa (CIA) com recursos da Petrobras, por meio do programa Petrobras Socioambiental, que atua na recuperação e conservação de espécies nos ambientes costeiros, marinhos e de água doce dos estuários dos rios Timonha e Ubatuba, na divisa dos estados do Piauí e Ceará. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021).

A partir do trabalho desenvolvido pela ONG Comissão Ilha Ativa com o patrocínio de um programa de responsabilidade social, tem-se como objetivo deste estudo uma análise com base na Matriz SWOT do projeto socioambiental Pesca Solidária da ONG Comissão Ilha Ativa (CIA), patrocinado pela empresa Petrobras, com recursos do programa de responsabilidade social Petrobras Socioambiental, observando o cumprimento das recomendações propostas pela norma ISO 26000 por parte da empresa patrocinadora. O estudo trata-se de uma pesquisa básica com abordagens qualitativas e conta com uma estrutura de natureza documental e bibliográfica.

Portanto, questiona-se: Qual a relevância da responsabilidade social com base nos princípios da ISO 26000 para o desenvolvimento de atividades sociais executadas pela ONG Comissão Ilha Ativa, no projeto Pesca Solidária?

As informações desta pesquisa justificam-se pela importância da atuação do Terceiro Setor, neste estudo representado pela ONG Comissão Ilha Ativa, associada ao programa de responsabilidade socioambiental da empresa Petrobras, como agente transformador da sociedade.

O artigo está dividido em cinco seções. Na primeira, apresenta-se o tema da pesquisa com uma breve contextualização e expõe os objetivos. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico sobre Responsabilidade Social, a Norma ISO 26000, a definição do Terceiro Setor e identifica-se a ONG Comissão Ilha Ativa (CIA). Na terceira seção, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, expõem-se a análise e discussão dos resultados do Projeto Pesca Solidária. Por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social

O conceito de responsabilidade social (RS) aparece em meados da década de 50, nos Estados Unidos e na Europa. Os pesquisadores da época observaram um excesso de autonomia e poder dos negócios na sociedade. Segundo Peter Drucker (1981) *apud* Ashley (2003, p. 7), atenta-se para o fato de que é justamente em razão da empresa ser bem-sucedida no mercado que aumenta a necessidade de atuação socialmente responsável, visando diminuir os problemas sociais. Dessa forma, a responsabilidade social torna-se um fator significativo para que as organizações mantenham sua sustentabilidade.

Nos últimos anos, desenvolveu-se o interesse da iniciativa privada em trabalhar na área social, em incorporar na gestão empresarial valores e práticas socialmente planejadas. As empresas adotam essas medidas como forma de reparar os impactos negativos de suas atividades corporativas, de modo que seja visto uma obrigação moral e ética, e estabelece envolvimento social que beneficia a comunidade. Sendo assim, a responsabilidade social consiste no estabelecimento de metas empresariais alinhadas com o desenvolvimento sustentável da sociedade, levando em consideração a preservação dos recursos naturais e culturais para as gerações futuras e pela promoção da redução das desigualdades sociais (CUSTODIO; MOYA, 2013).

Conforme o Instituto Ethos (2021), a responsabilidade social exprime transformação de atitude, um entendimento de gestão empresarial com foco na qualidade das relações, ou seja, uma maneira de gerir os negócios da empresa, na qual a organização torna-se parceira e responsável pelo desenvolvimento social.

Segundo Filho (2002, p.18), a RS nas empresas se caracteriza como uma coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos (stakeholders), contribuindo significativamente para o desenvolvimento contínuo das comunidades, além de conquistar o respeito das pessoas envolvidas nas atividades e a preferência dos consumidores. Desse modo, é importante que as empresas adotem e desenvolvam um sistema de controle contábil, patrimonial para suas ações na área social que visam oferecer e atender a todos os stakeholders (DAHER et al., 2007).

Assim, a fim de contemplar as características da responsabilidade social, foram desenvolvidos alguns indicadores de gestão, com o objetivo de possibilitar um diagnóstico sobre as práticas adotadas pelas empresas que atuam na área. Conforme Ashley (2005), Dias (2012), Barbieri e Cajazeira (2012) e outros autores que tratam da temática, a RSE não deve ficar apenas no cumprimento das obrigações legais, deve ir além, estar vinculada às ações estratégicas das empresas a fim de que seja uma causadora constante de impactos positivos no âmbito social, ambiental e econômico no contexto em que atuam.

De acordo com Smith (2017, p. 2), "é raro encontrar uma empresa que não tenha algum princípio ou valor relacionado às questões sociais". Com isso, tornou-se importante ferramenta estratégica, pois o tema está em evidência no meio corporativo. A responsabilidade social é um tema que se encontra em bastante destaque na agenda das organizações. No entanto, o que tem-se notado é uma multiplicidade de princípios e a dificuldade de incorporá-los de maneira que os resultados sejam percebidos nas práticas cotidianas da organização (ETHOS, 2021). Para isso, a Norma ISO 26000 estabeleceu princípios concretos para orientação das empresas.

A Norma Internacional de Orientação em Responsabilidade Social ISO 26000 passou por um processo de elaboração que envolveu especialistas de quase 100 países e diversas organizações internacionais que atuam em distintas questões na área social, foi

desenvolvida pela *International Organization for Standardization* (ISO) e publicada em novembro de 2010 em Genebra, Suíça (INMETRO, 2021).

A versão em português da norma, denominada ABNT NBR ISO 26000, foi lançada no Brasil no dia 8 de dezembro de 2010 em São Paulo e está disponível na íntegra no site do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). (DEUS, SELES e VIEIRA. 2014)

A Norma ISO 26000 apresenta um guia de diretrizes e princípios que auxiliam nas orientações quanto aos procedimentos e boas práticas em programas de sustentabilidade empresarial. Conforme a ISO 26000, a adoção da responsabilidade social implica em um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. (INMETRO, 2021)

De acordo com os autores Morcelli e Ávila (2016, p. 32), a “norma segue com a premissa de desenvolver diretrizes para ajudar empresas de diferentes portes, origens e localidades, na implantação e desenvolvimento de políticas baseadas na sustentabilidade”.

Smith (2017) observa que é preciso esclarecer quais são os princípios básicos para que uma organização gerencie sua responsabilidade social, aquilo que orienta suas políticas, estratégias e suas atividades. Dessa forma, os princípios de responsabilidade social estabelecidos na norma ISO 26000 são:

Accountability: Ato de responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente, prestando contas aos órgãos de governança e demais partes interessadas declarando os seus erros e as medidas cabíveis para remediá-los.

Transparência: Fornecer às partes interessadas de forma acessível, clara, compreensível e em prazos adequados todas as informações sobre os fatos que possam afetá-las.

Comportamento ético: Agir de modo aceito como correto pela sociedade - com base nos valores da honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza - e de forma consistente com as normas internacionais de comportamento.

Respeito pelos interesses das partes interessadas (Stakeholders): Ouvir, considerar e responder aos interesses das pessoas ou grupos que tenham um interesse nas atividades da organização ou por ela possam ser afetados.

Respeito pelo Estado de Direito: O ponto de partida mínimo da responsabilidade social é cumprir integralmente as leis do local onde está operando.

Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento: Adotar prescrições de tratados e acordos internacionais favoráveis à responsabilidade social, mesmo que não haja obrigação legal.

Direito aos humanos: Reconhecer a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, zelando pelo ambiente econômico, social e natural que requerem. (INMETRO, 2021)

Seguindo a linha de raciocínio da mesma autora, Smith (2017), destaca que os princípios da norma procuram sintetizar as recomendações de gestão e conduta no percurso, para se atingir os objetivos relacionados à responsabilidade social, a fim de potencializar a promoção de uma economia verde, inclusiva e responsável.

Nesta perspectiva, as empresas passaram a procurar meios para praticar a responsabilidade social, pois além de se tornar um diferencial competitivo, atualmente há uma cobrança para que as empresas sejam socialmente responsáveis. Desse modo, as organizações com o objetivo de atingir o bem comum, unem-se ao Terceiro Setor para executar as atividades sociais.

2.2 Terceiro Setor

Atualmente, o terceiro setor é representado pelas Entidades de Interesse Social ou Organizações Não Governamentais (ONGs), onde ocupa uma posição intermediária ao Estado e as empresas, pois realiza atividades direcionadas ao desenvolvimento social e ambiental.

Os atores da economia são separados em três setores, o Primeiro Setor é formado por órgãos da administração pública, no qual atuam com objetivo de garantir os interesses da coletividade. Massolin (2013, p. 15) informa que “[...]no primeiro setor sabe-se que o órgão responsável pela implantação de políticas públicas e questões sociais é o governo”. Já o Segundo Setor, é caracterizado pelo mercado, composto por sociedades empresárias que atuam na economia com intuito de gerar lucro. Tachizawa (2019, p. 5) conceitua o segundo setor “como as organizações da esfera privada dedicadas à comercialização de bens e serviços com objetivo de lucro financeiro”.

Destaca-se como objeto deste estudo o Terceiro Setor, que é formado por entidades não governamentais e sem fins lucrativos. Essas organizações têm gestão própria e objetivam promover a qualidade de vida da sociedade, de maneira sustentável e participativa. (OAB, 2007)

Nos últimos anos, no contexto brasileiro, houve uma mudança significativa na desenvoltura do Estado perante a sociedade. Na década de 90, ganhou-se a ideia de que se fazia necessário uma reforma do aparelho estatal. Segundo Oliveira (2008, p. 42) o “primeiro marco no Brasil foi a elaboração da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e a criação do Programa Nacional de Publicização”. Assim, reduziria as atividades desenvolvidas pelo governo.

Neste cenário, foi adotado um plano de medidas para tornar a administração pública mais moderna e eficiente. De acordo com este plano, os serviços públicos que não necessitavam ser prestados exclusivamente pelo estado poderiam ser executados pelo Terceiro Setor. Com isso, essas organizações sociais passaram a competir por contratos públicos e privados e atuarem nas áreas de educação, preservação do meio ambiente, dentre outras. Conforme Pereira (2013, p. 28) expressa:

[...] às instituições do terceiro setor, são instituições civis de qualquer origem, suas características se pautam no desenvolvimento de atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, tais como instituições religiosas, entidades de assistência social, comunitárias, organizações não governamentais (ONGs), institutos, fundações empresariais e entidades de benemerência, entre outras. (PEREIRA, 2013, p. 28)

Para Drucker (1999) apud Marques (2015, p. 74) às organizações do Terceiro Setor não visam gerar resultados financeiros como é usual nas sociedades com fins lucrativos, mas sim promover transformações significativas no meio ambiente e nos indivíduos.

Para a autora Rosa Fischer (2002), as organizações do terceiro setor estão voltadas ao interesse público e tem como característica base a independência na gestão de suas ações.

Terceiro setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Sua presença no cenário brasileiro é ampla e diversificada, constituída por organizações não governamentais, fundações de direito privado, entidades religiosas, associações culturais, educacionais, as quais desempenham papéis que não diferem significativamente do padrão conhecido de atuação de organizações análogas em países desenvolvidos. Essas organizações variam de tamanho, grau de

formalização, volume de recursos, objetivo institucional e forma de atuação. (FISCHER, 2002, p. 45)

Subsequente a Cartilha do Terceiro Setor, diante de suas características, o terceiro setor recebe diversas denominações, no Brasil, como por exemplo, Sociedade Civil, Paraestatais, Organização Social (OS). Na sua constituição jurídica, o Terceiro Setor é composto por Associações e Fundações, segundo o Código Civil Brasileiro, Art. 44, Lei nº 10.406, de 10/01/2002, alterado pela Lei nº 10.825 de 22/12/2003. (OAB, 2007)

Associação: é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultado financeiro entre elas. A criação de uma associação não implica a existência de um patrimônio prévio, nem de um instituidor.

Fundação: entende-se a pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público. (MANÃS, MEDEIROS, 2012, p. 23)

No entanto, Oliveira (2008) comenta que essas entidades adotam outros termos para serem identificados, classificados de acordo com seu objetivo específico, sua finalidade e sua formação.

Quadro 1: Tipos de Entidades

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL(ONG)	Entidades sem fins lucrativos, estas são definidas por atuação que podem variar o segmento (saúde, educação, cidadania, direitos humanos, etc.), com diferentes qualificações legais e formais.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)	Antiga entidade de utilidade pública - Qualificação conferida pelo Ministério da Justiça e é atribuída a associações que possuam atuação estadual e federal, o que confere a elas maior facilidade na obtenção de recursos públicos e privados
INSTITUTOS	Se enquadram nessa qualificação, envolve iniciativas do Terceiro Setor cujo foco de atuação seja a pesquisa científica para qualificação tecnológica da população ou mesmo a filantropia.
FUNDAÇÕES	Encaixam-se as instituições com foco no Terceiro Setor que atuam com a finalidade de acumular recursos para financiamento de projetos. Fundações são instituições formadas pela constituição de um patrimônio, que servirá para fins de caridade ou beneficentes. Ou seja, o patrimônio é uma exigência no momento da constituição.
ASSOCIAÇÕES	São formadas por um grupo de pessoas que se reúnem para atingir um determinado fim. Ela não visa o lucro e, portanto, seus resultados financeiros não são divididos entre os participantes. - Sua função é atender as áreas assistencial, ambiental, social, etc. Elas são dirigidas por um estatuto social, tendo adquirido ou não capital para sua abertura.

Fonte: adaptado de Santos (2012)

Segundo a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) (2002), a ideia de um setor social ao lado do Estado e do setor empresarial, começou a ser

utilizada no Brasil há poucos anos. Desde então, houve uma ampliação significativa da criação de ONGs, com os mais variados objetivos, formação e tamanho. Essas organizações não governamentais, sem fins lucrativos, seguem atuando em diversas áreas, como por exemplo na preservação ambiental e educação da comunidade.

Passa a entender-se como ONG, de acordo com Tenório (2006, p. 11), as organizações sem fins lucrativos, autônomas, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Suas ações são financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos desenvolvidos, contando com trabalho voluntário.

Para Falconer (1999, p. 8) “as organizações não governamentais têm foco predominante na defesa dos direitos civis por meio da capacitação de pessoas, assessoria social, disseminação de informações, entre outras”.

Essas organizações constituem importantes alternativas para desempenhar atividades atreladas à responsabilidade social, uma vez que fortalecem uma demanda da sociedade, na qual muitas vezes o setor público ou privado não conseguem atuar. Assim, o terceiro setor utiliza recursos privados e públicos para fins públicos. (SOUSA, et al., 2013)

Nessa perspectiva, é importante que se tenha um planejamento dentro dessas organizações não governamentais, voltado para a transparência de sua gestão. Dessa forma, essas ONGs conseguiram o respeito e a credibilidade de empresas e do Estado para apoiar e financiar seus projetos sociais.

2.3 Comissão Ilha Ativa (CIA)

A Comissão Ilha Ativa (CIA) é uma ONG que visa assessorar as comunidades localizadas na APA do Delta do Parnaíba, promovendo condições sociais, econômicas e ambientais para o desenvolvimento da comunidade de maneira sustentável. As ONGs fazem parte de movimentos sociais e têm como princípio o desenvolvimento humano e o alargamento da participação cidadã. (SOUSA, et al., 2012, p. 8)

Esta organização não governamental de cunho socioambiental surgiu em 2006, em detrimento das lutas sociais de moradores do município de Ilha Grande - PI, no qual buscavam discutir e solucionar os problemas de cunho social, político, ambiental e cultural que se faziam presentes na localidade. Unem-se nessa construção social representantes de associações, entidades públicas e privadas e cidadãos da comunidade.

A partir de 2010, a Comissão Ilha Ativa passou a participar de conselhos, comissões e comitês, desenvolver e gerir projetos, e realizar pesquisas. A partir de 2011, a CIA com intuito de coordenar, organizar e executar ações que promovam a melhoria das condições socioambientais, econômicas e culturais, ampliou sua área de atuação, que até então se limitava a uma pequena parte da região litorânea do Piauí (COMISSÃO ILHA ATIVA, 2021).

As demandas das atividades, principalmente de cunho socioambiental aumentaram, assim, se fazendo necessário uma expansão da área de atuação da ONG, que passou a integrar toda a APA do Delta do Parnaíba.

O conselho nacional do meio ambiente – CONAMA, por meio da lei 6.938/81 no artigo 1º, define área de proteção ambiental como:

As Áreas de Proteção Ambiental-APA'S são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. (MMA, 2021)

A Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba é uma unidade de conservação costeira federal, que possui uma porção marítima e outra continental, abrangendo os municípios de Barroquinha e Chaval, no estado do Ceará; Cajueiro da Praia, Luís Correia,

Parnaíba e Ilha Grande, no Piauí; e de Araíoses, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves, no estado do Maranhão. (ICMBio, 2021).

Desse modo, a Comissão Ilha Ativa expandiu sua operação e começou a envolver três estados do nordeste brasileiro que constituíam a APA do Delta do Parnaíba, que são: Ceará, Piauí e Maranhão. A Unidade de Conservação (UC) é administrada pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), uma das entidades parceiras e apoiadora dos projetos executados pela Comissão Ilha Ativa.

Esta organização não-governamental é formada pela sociedade civil, sem fins lucrativos, tem como principal missão a organização e execução de ações fomentadas no desejo de melhores condições de vida das pessoas da comunidade. Tem como área de atuação: Educação e Conservação Ambiental, Inclusão Social, Cidadania e Geração de Renda. (CARTILHA, 2012).

Desde sua fundação, a CIA desenvolveu inúmeros projetos dentro do seu portfólio e de alto impacto na sociedade. Tais como: Ciranda da Cidadania que realizava ações educativas e sociais com crianças e jovens, trabalhando em conjunto com as associações e comunidade local de Ilha Grande - PI. O projeto Cajui Resex é oriundo das lutas da comunidade junto da ONG pela preservação dos recursos naturais locais. O projeto Tartarugas do Delta tinha como objetivo a conservação de tartarugas dentro da APA, foi executado em todos os municípios litorâneos do estado do Piauí e na Ilha dos Poldros, município de Araíoses, estado do Maranhão. O projeto denominado “Senhor das Pedras” teve como patrocinador a Fundação O Boticário de Preservação a Natureza, no qual fomentou pesquisas para a preservação do peixe Mero, espécie em extinção. Assim como os projetos Memória e Contação de Histórias, APA Viva, Ilha Verde, Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros, Ilha Sustentável e Robalo para Sempre foram realizados e concluídos (COMISSÃO ILHA ATIVA, 2021).

Atualmente, a ONG está com três projetos em andamento, dentre eles: o projeto Oceano Meu Mundo, que visa promover a gestão de resíduos sólidos através da sensibilização das comunidades litorâneas do município de Barroquinha, no Ceará, e conta com o apoio da Embaixada Suíça. O projeto Fauna Mar desde 2013 atua nos rios que fazem divisa do Piauí com o Ceará, promovendo ações de conservação das tartarugas marinhas e são apoiados pelo Fundo Socioambiental Casa e pela Farm.

Por fim, o maior projeto realizado e ainda em execução pela CIA, o Pesca Solidária. Este projeto tem como finalidade a recuperação e preservação de espécies no ambiente das costas marinhas e de água doce dos estuários dos rios Timonha e Ubatuba, divisa dos estados Piauí e Ceará. Tal projeto tem como propósito intervir nas comunidades para que elas desenvolvam sua atividade extrativista pesqueira em equilíbrio com o meio ambiente, atuando em três importantes processos: a gestão participativa, pesquisa e geração de renda (COMISSÃO ILHA ATIVA, 2021).

Os estuários dos rios que estão dentro da área de atuação do projeto, são um reduto para espécies marinhas ameaçadas de extinção, como por exemplo o peixe-boi. Dessa forma, a preservação e conservação dessas espécies se torna uma estratégia primordial para a manutenção da vida marinha e a sustentabilidade das famílias de pescadores artesanais e comunidade local. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021)

Desde 2004, instituições locais buscavam um “Acordo de Pesca” para melhorar as condições de pesca e conservar os recursos naturais do estuário. Em 2010, surgiu o projeto Pesca Solidária, que levantou essas questões sobre a pesca e conservação ambiental com o envolvimento de pescadores das comunidades de Cajueiro da Praia/PI, Chaval/CE e Barroquinha/CE. Nas discussões geradas, notou-se a falta de informações técnicas a respeito dos recursos pesqueiros e conservação do estuário, nesse cenário surgiu a possibilidade de capacitá-los e desenvolver uma geração de renda alternativa para a comunidade. O projeto foi

patrocinado pela Petrobras, com recursos do programa Petrobras Socioambiental. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo está caracterizado como uma pesquisa básica com abordagens qualitativas. Os objetivos da pesquisa estão definidos como descritivos, exploratórios, e quanto aos procedimentos adotados, têm-se uma estrutura técnica documental e bibliográfica.

Tendo como base sua natureza, a pesquisa pode ser classificada em básica ou aplicada. Neste estudo apresenta-se uma pesquisa básica, para Gil (2010), a pesquisa básica concentra estudos que tem como objetivo completar uma lacuna no conhecimento. Já o autor Appolinário (2011, p.146), afirma como o “avanço do conhecimento científico sem nenhuma preocupação, a priori, com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa está definida como qualitativa. Para Jacobsen (2009), a pesquisa qualitativa não se utiliza de números para a análise de suas variáveis. Conforme Rodrigues e Limena (2006, p. 90), os autores conceituam abordagem qualitativa como:

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, podemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias. (RODRIGUES E LIMENA, 2006, p. 90)

No que se refere aos objetivos, o estudo está definido como descritivo e exploratório. Para Vergara (2013), o fim descritivo visa descrever determinada população ou fenômeno e o objetivo exploratório busca conhecimento sobre o assunto a ser pesquisado. Na visão de Appolinário (2011, p. 75), o estudo exploratório tem como finalidade “aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”. Quanto ao objetivo descritivo Appolinário (2011, p. 147), se limita a “descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”.

No que tange aos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa se aplica como documental e bibliográfica. Para Vergara (2013), a pesquisa bibliográfica utiliza material já publicado, livros, jornais, revistas e a documental é baseada em documentos. Para Fonseca (2002, p. 32) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites”. Para o autor Severino (2007, p. 122), a pesquisa documental é caracterizada como:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p. 122)

Neste estudo, foram utilizadas para embasamento teórico revistas científicas, livros e sites oficiais, também foram utilizados documentos, como cartilhas e documentários para levantamento das informações a respeito do projeto estudado, Pesca Solidária, disponíveis no próprio site do projeto e da ONG Comissão Ilha Ativa acessadas durante o mês de maio e junho de 2021.

Para o processamento e interpretação das informações levantadas a respeito das atividades executadas dentro do projeto Pesca Solidária, foi utilizado um método prático chamado Matriz de Análise S.W.O.T., onde: i) *Strenghts* (pontos fortes) relaciona-se com as

vantagens endógenas do projeto; ii) *Weakenesses* (pontos fracos) referem-se às desvantagens endógenas do projeto; iii) *Opportunities* (oportunidades), apresenta os aspectos positivos e exógenos do projeto, que de maneira potencial pode auxiliar no crescimento; e *Threats* (ameaças) alude aos aspectos negativos exógenos que possam comprometer as vantagens. (WRIGTH e PARNELL, 2000)

A análise SWOT é importante para qualquer organização e serve como estratégia com relação a conhecer os pontos fracos e fortes que estão dentro e fora do ambiente da organização. Para Chiavenato (2007), a matriz SWOT concebe a ideia de união entre a análise ambiental e a análise organizacional para aclarar a situação da instituição em um dado momento.

Por fim, dentro das informações coletadas a respeito do projeto Pesca Solidária desenvolvido pela ONG CIA, foi observado se o patrocinador, neste caso a Petrobras Socioambiental, seguiu as recomendações de responsabilidade socioambiental da Norma ISO 26000.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O projeto Pesca Solidária nasceu da necessidade de fazer um Acordo de Pesca, notando-se a falta de conhecimento técnico dos atores da comunidade local, assim percebendo outras lacunas sociais existentes dentro do respectivo lugar. O projeto visou atuar em três eixos principais, a gestão participativa, pesquisa e geração de renda. Dentro dessas frentes foram desencadeados subprojetos, no qual estão interligados a esses eixos.

Dentro do plano do projeto Pesca Solidária foi previsto recursos para as atividades que gerassem renda para a coletividade. Desta maneira, foram divididos grupos que representavam cada comunidade participante, os líderes destes grupos administraram e mobilizaram a sua comunidade. Diante do processo de diálogo de diversas instituições com a população visando o desenvolvimento e sanar as necessidades locais, foram criados 3 subprojetos.

Quadro 2 - Subprojetos do projeto Pesca Solidária

Subprojetos	Objetivo
Marambaias do Caju Pesca	Melhorar a produção pesqueira, aumentando a quantidade e a qualidade do pescado. Os grupos produtivos de Cajueiro da Praia-PI e Bitupitá participaram de uma Oficina de Construção de Marambaias.
Turismo de Base Comunitárias	Gerar renda com nova atividade de potencial econômico, valorizar os conhecimentos tradicionais, oferecer ao turista lazer e aprendizados sobre a vida da comunidade, proteger o território mostrando sua importância.
Água Solidária	Armazenar água para consumo das famílias que optaram por essa tecnologia. Os grupos participaram de uma oficina para construção de cisternas.

Fonte: adaptado pela autora com base no Projeto Pesca Solidária (2021)

A capacitação destes grupos não ocorreu por meio de cursos, mas sim de intercâmbios com outros grupos que já desenvolviam as atividades, essa troca de informações passaria mais credibilidade à comunidade visitante. A ideia era conhecer experiências bem-sucedidas, seus aprendizados e desafios. Os grupos de pescadores e agricultores visitaram outros pescadores e agricultores que desenvolviam a Agricultura de Base Ecológica

e o Turismo de Base Comunitária. São duas atividades produtivas, na qual apresentam uma viabilidade e potencial econômico.

As Marambaias são apetrechos de pesca. Foram organizadas oficinas que instruíam os pescadores a construírem uma marambaia ecologicamente correta, com base nos dados científicos oferecidos pelos parceiros que fizeram uma pesquisa no Estuários. Essas pesquisas se estenderam ao Monitoramento da Qualidade da Água, desenvolvido pela AQUASIS e pela EMBRAPA e pelo tamanho e qualidade dos pescados, pesquisa desenvolvida pela UFPI. Para essa atividade de geração de renda, foram adquiridas duas embarcações de pesca pelo Projeto Pesca Solidária, para o grupo produtivo em Cajueiro da Praia - PI. O grupo Caju Pesca confeccionou 12 marambaias e auxiliaram mais 2 grupos com as técnicas aprendidas nas oficinas. Assim, comprometendo-se em repassar o conhecimento alcançado com a comunidade. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021)

O Turismo de Base Comunitária foi outra atividade de geração de renda escolhida pelo grupo de Chaval - CE. O Estuário do Rio Timonha e Ubatuba é a segunda área de manguezais do nordeste brasileiro. Durante as reuniões foram definidas as trilhas de passeio, a aquisição de uma embarcação adequada e segura para a atividade e para melhorar os conhecimentos dos pescadores, foi realizada uma Capacitação em Noções Básicas de Condução de Turistas e Visitantes. Assim como também o grupo participou de uma integração de conhecimentos sobre essa prática de turismo de base comunitária em um Encontro Regional e Nacional da Rede de Turismo Solidário e Comunitário, a TURISOL. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021)

A Água Solidária consiste na construção de cisternas de 16 mil litros para o armazenamento de água. Foram construídas, através de oficinas profissionalizantes oferecidas à comunidade e em forma de mutirão solidário, 14 cisternas. Com base no conhecimento adquirido para se fazer essas cisternas, pode-se ter uma alternativa de renda com essas construções. Associado a este subprojeto também esteve o Quintal Produtivo, que visava oferecer instruções a agricultura ecológica nos quintais das famílias nas comunidades rurais de Barroquinha-CE. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021)

A Educação Ambiental estava presente de forma transversal em todos os momentos do projeto Pesca Solidária, uma vez que se fez necessário conscientizar a população sobre a preservação e conservação dos estuários. Com o auxílio da pesquisa científica pode-se entender o melhor momento para as atividades pesqueiras, para assim ter um pescado maior e de qualidade, respeitando a vida marinha. Foram elaboradas revistas técnicas com informações precisas sobre a pesca e a identificação dos peixes do estuário e da costa marinha, com a finalidade de ajudar os pescadores. O projeto Pesca Solidária através da educação socioambiental capacitou professores na temática com cursos oferecidos. Foram realizados concursos de redação com os jovens, ações de campanha de limpeza das praias e promoveu a educação ambiental por meio de palestras e encontros nas comunidades. (PESCA SOLIDÁRIA, 2021)

Conforme as informações processadas a respeito do projeto, análise SWOT apontará as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças visualizadas na realização deste projeto como um todo.

Tabela 1 - Análise S.W.O.T do Projeto Pesca Solidária, 2021

Strenghts (Força)	Opportunities (Oportunidade)
• vontade de fazer pela comunidade • estuário e a sua biodiversidade • mão de obra	• apoio da comunidade • parcerias com entidades (ICMBio, Prefeitura, IBAMA, AQUASIS, Universidades)

Weakenesses (Fraqueza)	Threats (Ameaça)
• poucos recursos financeiros • pouca organização • desistência de projetos	• não obter licença para atuação • perder parceria com o ICMBio • não continuação das atividades pela comunidade

Fonte: Estruturado pela autora (2021)

Conforme a análise SWOT do projeto socioambiental Pesca Solidária, tem-se como Forças do projeto a vontade de fazer por parte das comunidades envolvida, as riquezas do estuário dos rios Timonha e Ubatuba, assim como a mão de obra fornecida pela a comunidade. Como Oportunidades dentro do projeto tem-se o apoio fundamental da comunidade para realização das atividades, as parcerias com as entidades de Pesquisa e Gestão. Como Fraquezas, notou-se os poucos recursos financeiros, a possível desistência dos projetos por meio da comunidade, assim como sua pouca organização. Apontou-se como Ameaças ao projeto a não obtenção de licença para atuação dentro da APA do Delta do Parnaíba, perdendo a parceria de apoio com o órgão gestor da Unidade de Conservação (US), bem como a não continuidade por parte das comunidades nas atividades do projeto.

Para o projeto ser realizado, a Comissão Ilha Ativa (CIA) contou com o patrocínio da empresa Petrobras, por meio do programa Petrobras Socioambiental, com a finalidade de praticar a responsabilidade socioambiental. Para isso, nesta pesquisa observou-se o cumprimento das orientações por parte do Programa Petrobras Socioambiental aos princípios da Norma ISO 26000.

Quadro 3 - Princípios da ISO 26000 na Petrobras

Accountability	A empresa possui um direcionamento ao cumprimento deste princípio expresso em seu código de ética, afirmando o compromisso desta com os impactos de suas ações.
Transparência	A Petrobras atua dentro da norma disponibilizando informações para conhecimento geral, como quando divulgou a identidade dos seus stakeholders no relatório de sustentabilidade.
Comportamento Ético	A Petrobras declara ter a ética como um de seus valores organizacionais, lançando em 2005 seu código de ética, com participação de diversos públicos interessados, evidenciando o esforço da empresa no seguimento deste princípio. Em 2020, este código foi unificado com o Guia Conduta, criando o Código de Conduta Ética.
Respeito pelos interesses dos Stakeholders	De acordo com o relatório de sustentabilidade 2020, a empresa destaca seus esforços em atender os interesses dos seus stakeholders, mostrando que esta age de acordo com o princípio apresentado.
Respeito pelo Estado de direito	De acordo com o novo Código de Conduta Ética da Petrobras, expresso no Relatório de Sustentabilidade 2020, a empresa determina-se a seguir os termos estabelecidos neste princípio, inclusive, tendo como maior desafio o combate à corrupção destacado no próprio relatório.
Respeito por Normas Internacionais de	A Petrobras zela por garantir o cumprimento de leis e

Comportamento	normas internacionais, como, por exemplo, em dezembro de 2020 a empresa foi selecionada para compor a carteira 2021 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.
Respeito aos Direitos Humanos	A empresa investe de maneira significativa na construção e implementação de uma agenda de respeito aos direitos humanos integrada ao negócio. Em junho de 2020, foram publicadas as Diretrizes de Direitos Humanos, que orientam as atuações sobre o respeito aos direitos humanos em todas as atividades e regiões onde atuam e durante todo o ciclo de vida dos projetos e operações.

Fonte: adaptado do Relatório de Sustentabilidade da Petrobras (2020)

O projeto Pesca Solidária atingiu as metas de acordo com o plano. Para Souza (2016, p. 4) “as atividades produtivas não foram o maior resultado, mas sim o processo de organização que cada comunidade realizou”.

As organizações sociais têm grande impacto na economia e nos últimos anos houve uma crescente preocupação com os problemas socioambientais. Dessa forma, se tornou relevante a atuação empresarial socialmente responsável com base na Norma ISO 26000, que se configura alinhada a essas questões. A empresa Petrobras se mostrou dentro destes princípios estabelecidos pela norma, conforme exposto no Quadro 3. A Norma ainda se desenvolve trazendo para o projeto Pesca Solidária observações sobre como integrá-las em um corpo coerente e capaz de influenciar de forma eficaz as práticas desenvolvidas. Além de respeitar as atividades já realizadas pela ONG e a autoridade das instituições legítimas e representativas que apoiam por meio de parcerias os projetos sociais conduzidos pela Comissão Ilha Ativa.

Portanto, a relevância da responsabilidade social com base nos princípios da Norma ISO 26000 mostra-se no resultado gerado pelo projeto Pesca Solidária, no qual atendeu as diretrizes de responsabilidade socioambiental, agindo com base na transparência de suas ações com a comunidade envolvida e seus parceiros. Possibilitando assim alcançar as metas estabelecidas no plano.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal analisar um projeto social de acordo com a matriz de análise SWOT desenvolvido pelo Terceiro Setor, denominado Pesca Solidária, este projeto foi executado pela ONG Comissão Ilha Ativa, com recursos do programa de responsabilidade social da empresa Petrobras, chamado Petrobras Socioambiental. Neste cenário, foi observado que a empresa praticamente de RS seguiu as recomendações da Norma ISO 26000.

O artigo trouxe vários conceitos sobre a responsabilidade social e a sua importância, assim como revelou conceitos do Terceiro Setor e a sua relevância para o cumprimento das atividades de responsabilidade social que ajudam a construir uma sociedade melhor, atingindo espaços, no qual a gestão pública não atua.

Apresentou-se uma ONG mediadora deste desenvolvimento social e ambiental, e que induz a sociedade ao desenvolvimento econômico, com importantes projetos realizados nas comunidades da APA do Delta do Parnaíba, juntamente por meio de parcerias e patrocínios com o setor privado e público.

A Comissão Ilha Ativa (CIA), através da análise do projeto Pesca Solidária conseguiu obter resultados dentro dos três eixos definidos em sua proposta. Verificou-se a geração de renda à comunidade por meio das oficinas que tinham como finalidade promover

conhecimento de produção a Marambaia, Cisternas e a condução do Turismo de Base Comunitária nos estuários.

A pesquisa apresentou-se como importante ferramenta transversal aos eixos, pois com o controle da qualidade de água dos estuários e da costa marinha, tinha-se a água mais limpa, consequentemente o turismo de contemplação estará a funcionar. Assim como, a pesquisa com a vida marinha da região apresentou-se à comunidade com dados técnicos científicos sobre os pescados, melhorando as técnicas de pesca e contribuindo com a preservação dos recursos pesqueiros, obtendo um pescado de qualidade e respeitando seus períodos reprodutivos. Da mesma maneira que a gestão participativa funcionou dentro deste projeto, pois se fazia necessário a participação da comunidade para a realização, também mostrou-se fundamental as parcerias com outras entidades que deram apoio com as pesquisas e oficinas. Essa integração observada dentro da análise SWOT foi fundamental para o êxito das atividades propostas.

Constatou-se neste estudo que a ONG Comissão Ilha Ativa conseguiu atingir seus objetivos neste projeto intitulado Pesca Solidária, mobilizando a comunidade para a participação, gerando renda e contribuindo com a pesquisa, bem como para o desenvolvimento sustentável local. O programa Petrobras Socioambiental, patrocinador do projeto, atendeu aos princípios da Norma ISO 26000 de responsabilidade social.

Como limitações dessa pesquisa, destaca-se a pequena utilização de autores que discutem a relevância da responsabilidade social e suas normas, assim como a importância do terceiro setor como agente de execução e parceiro das empresas praticantes dessas atividades de responsabilidade social. Portanto, indica-se a futuras pesquisas um aprofundamento das normas de responsabilidade social e a relevância do terceiro setor como agente transformador social.

REFERÊNCIAS

AHSLEY, Patrícia Almeida (Coordenação). Ética e responsabilidade social nos negócios, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de Metodologia Científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

BRANDÃO DE SOUSA, J., FIGUEIREDO SALGADO, P., FIORAVANTI, C., VASCONCELOS, R., VERAS, G.. RESPONSABILIDADE SOCIAL NO TERCEIRO SETOR: AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO. **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-CAMPUS NITERÓI**, América do Norte, 0, mar. 2014. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=view&path%5B%5D=1129>. Acesso em: 13 Jun. 2021.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

CARTILHA. Sociobiodiversidade da Ilha Grande de Santa Isabel: um olhar da comunidade local à reserva extrativista cajuí. Parnaíba: SIEART, 2012.

CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 4. ed. totalmente revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CUSTODIO, A. L. M; MOYA, R. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. São Paulo: Instituto Ethos, 2013. 79 p

COMISSÃO ILHA ATIVA. Disponível em: <<http://comissaoilhaativa.org.br/>>. Acesso em: jun. 2021.

DAHER, W M. et al. **RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA SEGUNDO O MODELO DE HOPKINS: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR ENERGÉTICO DO NORDESTE BRASILEIRO**. RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental - Jan. - Abr. 2007, V. 1, N ° .1, pp. 31-46

DE SOUZA, Leandro Inakake et al. Construindo projetos produtivos coletivos em comunidades de pescadores e pescadoras no Estuário dos Rios Timonha e Ubatuba.. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19308>>. Acesso em: 18 june 2021.

DEUS, Rafael Mattos de; SELES, Bruno Michel Roman Pais; VIEIRA, Karina Rabelo Ogasawara. As organizações e a ISO 26000: revisão dos conceitos, dos motivadores e das barreiras de implementação. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 21, n. 4, p. 793-809, Dec. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2014000400010&lng=en&nrm=iso>. access on 06 May 2021. Epub Nov 07, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X772/13>.

ESCOBAR, J. J.; GUTIÉRREZ, A. C. M. Tercer sector y univocidad conceptual: necesidad y elementos configuradores. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 84-95, enero/jun. 2008.

FALCONER, A. P. A promessa do Terceiro Setor – Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu campo de gestão. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro Machado. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos**. 2002. 204f. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

FISCHER, R. M. O Desafio da Colaboração: práticas e responsabilidade entre empresas do terceiro setor. São Paulo. Gente. 2002

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE –ICMBIO. Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/9411-area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba>>. Acesso em: 20 de maio de 2021

INMETRO - Responsabilidade Social, ISO 26000. Página inicial. 2021. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: maio 2021

INSTITUTO ETHOS – Empresas e Responsabilidade Social. Diversos. 2021. Disponível em: <<http://www4.ethos.org.br/>>. Acesso em: maio 2021

JACOBSEN, Alessandra de Linhares. Gestão por Resultados, Produtividade e Inovação. Florianópolis, UFSC, 2009

MAÑAS, A. V.; DE MEDEIROS, E. E. TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 15–29, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12664>. Acesso em: 28 maio. 2021.

MARQUES, B. A.; RODY, P. H. A.; CAMPOS, G. M.; REINA, D. Terceiro Setor: panorama das tendências de 1998 a 2013 por meio de um estudo bibliométrico. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 34, n. 2, p. 71 - 89, 21 ago. 2015.

MASSOLIN, Janine Ataíde. Rede E-tec Brasil: Captação De Recursos. Curitiba-PR, 2013.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Cartilha Terceiro Setor. Comissão de Direito do Terceiro Setor. secção SP. 2. ed. 2007.

OLIVEIRA, G. J. Direito do Terceiro Setor. In: Biblioteca Digital Revista do Direito do Terceiro Setor – RDTS. Ano 1. N. 1. Belo Horizonte: Editora Fórum, jan. 2008.

PEREIRA, Milton. **Gestão para organizações não governamentais**. 1 .ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2013.

PETROBRAS. Relatório de Sustentabilidade 2020. Disponível em: <https://sustentabilidade.petrobras.com.br/src/assets/pdf/Relat%C3%B3rio-Sustentabilidade-2020-Petrobras.pdf>. Acesso em: 01 jun 2021.

PESCA SOLIDÁRIA. Disponível em:<<http://pescasolidaria.comissaoilhaativa.org.br>>. Acesso em: junho 2021.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SANTOS, S. X. Organização do Terceiro Setor /. – Natal: EdUnP, 2012. E-book – Livro eletrônico disponível on-line. Disponível em: https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Organizacao_no_Terceiro_Setor.pdf. Acesso em: 24 de maio.2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais E Terceiro Setor, Criação de ONGs estratégias de atuação**. 7.ed. São Paulo: Atlas,2019.

TENÓRIO, Fernando G., org. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2013 .

WRIGHT, P.; KROLL, M. e PARNEL, J. Administração Estratégica: Conceitos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.